



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

DINEY SANTOS MARTINS

**SINDIPETRO BA: SINDICATO DE LUTA PELOS DIREITOS DOS
TRABALHADORES DA REFINARIA LANDULFO ALVEZ DE MATARIPE
(1964-1985)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

DINEY SANTOS MARTINS

**SINDIPETRO BA: SINDICATO DE LUTA PELOS DIREITOS DOS
TRABALHADORES DA REFINARIA LANDULFO ALVEZ DE MATARIPE
(1964-1985)**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para obtenção do título Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Schleder Almeida.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

DINEY SANTOS MARTINS

**SINDIPETRO BA: SINDICATO DE LUTA PELOS DIREITOS DOS
TRABALHADORES DA REFINARIA LANDULFO ALVEZ DE MATARIPE
(1964-1985)**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para obtenção do título Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 06/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Luciana Schleder Almeida (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Cláudio André de Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. M.e Sandro Santa Bárbara

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	6
3	DELIMITAÇÃO	7
3.1	TEMA/RECORTE	7
3.2	PERGUNTA DE PESQUISA	7
3.3	OBJETIVO GERAL	7
3.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
5	METODOLOGIA	10
6	CRONOGRAMA	11
	REFERÊNCIAS	12

1 INTRODUÇÃO

Os anos que sucederam sobre regime militar no Brasil houve um grande interesse por parte do presidente Castello Branco em controlar as entidades sindicais por meio da legislação e contando com apoio também da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) esses ataques conforme Erickson (1979) teve o intuito de enfraquecer os Sindicatos de forma que limitasse suas ações em defesa dos operários. Os dirigentes sindicais na visão do governo deveriam ficar em constante vigilância porque facilitaria o controle estatal resultando numa diminuição nas ações que fossem planejadas para favorecer a categoria correspondente (ERICKSON, 1979).

O papel do sindicato na vida dos trabalhadores vai muito além dos aspectos profissionais ele proporciona através de suas prerrogativas condições sociais adequadas para seus integrantes como também, garantia de direitos para sua classe. No que tange, aos **repertório de ações coletivas** desse Movimentos Social na perspectiva de Alonso (2009) os indivíduos envolvidos seguem um conjunto de comportamentos, condutas, posturas e atuações pré-definidos decorrentes de decisões estratégicas na busca de um propósito como por exemplo: Formação de piquete, Assembleia coletiva de trabalhadores, Paralisação e Greve (ALONSO, 2009).

A temática deste projeto de pesquisa “**Ativismo Sindical petroleiro pós-golpe de 64**” seguirá uma linha historiográfica versando sobre os desafios encontrados no período da ditadura militar para continuação do trabalho sindical (Sindipetro-Ba) exercendo suas atribuições como representação legal entre os trabalhadores e o patronato. Este projeto visa analisar a dinâmica encontrada pela entidade para se manter em funcionamento mesmo com as adversidades encontradas durante o regime militar e baseado nas leituras prévia feita das obras de alguns autores como: (OLIVEIRA JR, 1995), (GREGÓRIO, 2006), (IVO, 2019) e (FREITAS, 2020).

A história do Sindipetro-Ba se inicia com o advento do Petróleo na Bahia somado ao começo da industrialização através da Petrobras, empresa essa, criada pelo governo de Getúlio Vargas por sua vez, com as injustiças ocorrida no interior da unidade (OLIVEIRA JR, 1995) na década de cinquenta despertou nos operários o interesse de se reunir em um pequeno grupo para discutir mecanismos que pudessem reivindicar seus direitos perante as dificuldades e nessa perspectiva fundaram em 1954 a Associação Profissional dos Trabalhadores de Petróleo e posteriormente em 1956 a entidade transformou-se no Sindicato

dos Trabalhadores da Indústria da Extração do Petróleo do Estado da Bahia (STIEP) e por fim o Sindipetro surgiu para amparar os petroleiros do setor de refino em 1959.

A obra de Sansone (2005,2006) retrata um período de transição histórica na Bahia que se dá entre a economia açucareira e a industrialização pelo advento do Petróleo gerando impactos econômicos e sociais no município de São Francisco do Conde. A usina de açúcar era comandada pela elite branca daquela cidade que dominou por vários séculos e nesse processo contratavam mão-de-obra (negra) local para manter a produção contínua de seu empreendimento sendo que esses usineiros ainda dispunha de uma vida privilegiada por causa de sua condição social. Com o passar tempo, veio a descoberta do Petróleo que mudou a curso da história são franciscana que acabou por enfraquecer a hegemonia de quatrocentos anos da indústria açucareira impactando na vida dos munícipes que deixavam as usinas para trabalhar na refinaria na esperança de um padrão de vida melhor e ter seus direitos sociais garantidos (SANSONE, 2005,2006).

2 JUSTIFICATIVA

O tema escolhido para esse trabalho foi o **Ativismo sindical petroleiro pós-golpe de 64**, pois foi uma época em que o Brasil viveu momentos de repressão por parte de um novo regime ditatorial que se instalou e com isso acabou afetando a dinâmica de alguns setores como por exemplo o indústria petrolífera em especial a entidade que representa esta categoria o Sindipetro-Ba.

No que tange a relevância dessa temática é a possibilidade da academia e a sociedade refletir que neste período do Estado brasileiro foram cerceados direitos básicos dos trabalhadores do setor petrolífero por vezes de maneira arbitrária por parte do Alto Escalão do governo que era comandado por oficiais das Força Armadas (Exército) como também, dificultou a ação do Sindipetro-BA (IVO, 2019) para lutar de maneira legal para mitigar as dificuldades relatadas pelos operários no ambiente de trabalho assim, pelo novo regimento instaurado pelo Governo em exercício limitaria atuação do sindicato apenas a reivindicar a questão de aumento salarial dos seus afiliados.

Esse projeto segue a tendência de aumento considerável da produção de estudos sobre o período da ditadura militar, em boa parte impulsionada pelas pesquisas conduzidas para a composição do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (NAGASAVA; CORREA, 2019).

A luta sindical é contínua e percebemos essa atuação incisiva quando o Sindipetro-BA impetrou uma ação na esfera civil para impedir os trâmites da venda da Refinaria Landulfo Alves de Mataripe para grupo Capital Mubadala que opera na instalação industrial sob nome de Acelen (SINDIPETROBA, 2022). A entidade sindical defende a ideia de uma “empresa pública, nacional e integrada” (SINDIPETROBA, 2022).

3 DELIMITAÇÃO

3.1 TEMA/RECORTE

Ativismo Sindical petroleiro pós-golpe de 64.

3.2 PERGUNTA DE PESQUISA

Quais foram as mudanças na atuação do Sindipetro-Ba perante a tomada de poder pelo Regime Militar?

3.3 OBJETIVO GERAL

Reconstituição do repertório das ações coletivas do Sindipetro-Ba na Refinaria Landulfo Alves de Mataripe.

3.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar formas de repressão do governo militar contra o Sindipetro-Ba;
- Analisar de maneira crítica os documentos produzidos pelos órgãos de repressão;
- Mapear pessoas, organizações e eventos mencionados nos documentos de modo a revelar conexões entre movimentos sociais, partidos, lideranças locais, etc.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O petróleo descoberto na Bahia ainda na década de quarenta também chamado de “Ouro Negro” veio como uma esperança de crescimento econômico na cidade Candeias e regiões circunvizinha desse modo, foi necessária uma intervenção estatal no sentido de industrializar aquela localidade e com isso muitos moradores locais foram recrutados para executar a montagem da refinaria. Com o andamento das atividades laborais dos trabalhadores efetivos da Petrobras deu-se início as primeiras reuniões para formação de um sindicato da categoria como forma de representar legalmente os colaboradores da empresa supracitada no final da década de cinquenta (OLIVEIRA JR, 1995).

Já na década de sessenta ocorreu o **Golpe Militar** com tomada do poder pelas forças armadas esse momento foi muito crítico para o sindicalismo petroleiro baiano segundo OLIVEIRA JR (1995). Logo depois, em primeiro de Abril o Presidente João Goulart “Jango” foi deposto do cargo pelo comando militar da época e se instalou o regime ditatorial e caso o mesmo não voltasse ao poder iria deflagrar uma greve geral na Refinaria. Por sua vez, no mesmo período outras categorias foram convocadas para o ato como forma de fortalecer o movimento que iria iniciar sendo encabeçado Mario de Lima e Emanuel Rego (OLIVEIRA JR, 1995) assim, reuniões diversas foram feitas para articular a organização.

O Sindipetro-Ba em particular mostrou-se bastante resistente as investidas autoritárias do sistema vigente da época para enfraquece-lo por sua vez, o governo do General Costa e Silva adotou uma política de aproximação entre entes sindicais nacionais e estrangeiros porque acreditava que os “sindicalistas americanos” poderiam causar alguma uma instabilidade na Petrobras como também no “movimento sindical” (OLIVEIRA JR, 1995).

Com o passar do tempo conforme Ivo (2019) o governo já demonstrou sua verdadeira intenção perante atividade sindical aprovando lei que restringiam o trabalho da entidade pela defesa dos interesses de seus filiados podemos destacar a Lei 4333/64 que limitava a sua ação em apenas reivindicar a remuneração em atraso pelo empregador (IVO, 2019). Dessa maneira, atitudes que pudessem suscitar ao sistema vigente da época indícios de um suposto comunismo era duramente punidos com expulsão dos dirigentes do cargo para dar lugar aos candidatos que se adequem ao novo modelo implantando pelo militarismo sendo que esses eram escolhidos pelo Ministério do Trabalho logo, os trabalhadores que seguissem os padrão impostos receberiam alguns benefícios como por exemplo: facilidade para adquirir financiamento de imóveis já que os petroleiros precisavam garantir uma moradia para si e sua família caso houver (IVO, 2019).

Para reforçar o que foi explanado a obra de Freitas (2020) faz ainda referência as limitações condicionadas aos sindicatos e sindicalistas na sua atuação pelo governo militar aprovando legislações como por exemplo: criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a lei que permitia a terceirização nas empresas (FREITAS, 2020) dessa forma, as instituições teriam carta branca para contratar quem o mesmo quisesse sem ter impeditivos legais resultando assim, em relações trabalhistas mais fragilizadas e condições de trabalhos precarizados, mas essas ações de alguma forma se alinha aos interesses empresarias norte-americanos que se aproveitariam dessa brechas maximizar suas receitas e suprimir o que for possível de despesas.

No pós-golpe como explica Gregório (2006) houve uma reforma imposta pelo governo que foi denominada “**política de renovação**” e uma das medidas era o recolhimento previdenciário das organizações sindicais porque o estado visava a contribuição dos trabalhadores afiliados ao sindicato para manutenção do mesmo e com esse dinheiro recebido pela entidade poderia aumentar a receita da administração pública (GREGÓRIO, 2006).

Ampliando a discussão de Gregório essas mudanças atingiram ainda os outros sindicatos de ramos distintos que foram criados ao longos dos anos e ainda permitia que a gestão pública através do seu “braço” que é o Ministério do Trabalho controlasse as atividades sindicais como também, os passos dados pelo proletariado. Este órgão estatal vinculado a União era responsável pela autorização da **carta sindical** documento esse que era necessário para que entidades funcionem de maneira legal (GREGÓRIO, 2006) no país tendo poder para representar os seus integrantes perante o patronato como também, atuar na negociação coletiva.

Numa perspectiva histórico-cultural os entes sindicais na visão de Alonso (2009) seguem um **repertório de ações coletivas** que os insere na **Teoria dos Movimentos Sociais** que consiste na ação direta de grupos organizados que usam da violência na localidade visando ter uma representatividade no tocante as questões nacionais assim como, na visão de (Tilly, 1978 p. 150) apud (Alonso, 2009 p.57) os grupos autônomos e **sindicatos** seriam o que sucedem o poderio político onde há mediação entre autoridades e demandantes tendo a características de não-violentos, sendo atuantes no rigor de suas ações no que concerne a defesa dos direitos sociais (comícios, greves, assembleias e passeatas) (ALONSO, 2009).

O período marcante para o sindicalismo brasileiro segundo Santana (2008) foi na década de oitenta porque houve uma sucessão de movimentos grevistas dos trabalhadores dos mais variados seguimentos possíveis que impactou a sociedade da época e tinham características que tornavam suas ações mais eficazes como a capacidade de articulação e

organização perante ao governo militar instituído (SANTANA, 2008). Dando seguimento, a ascensão sindical nessa década se deu com a formação dos Partido dos Trabalhadores (PT) que foi chamado também, do “**novo sindicalismo**” que passa uma ideia de ressurgimento através de uma nova forma de mobilização nesse interim, os outras categorias como a dos petroleiros seguiram esta mesma linha de pensamento.

5 METODOLOGIA

Para iniciar a investigação foi escolhido o tipo da pesquisa como **descritiva** com a finalidade **básica** onde vai ser analisado através coleta de dados sobre a continuação das atividades sindicais pós golpe militar de sessenta quatro tendo ainda, uma abordagem **qualitativa** (GIL, 2002). A fonte de pesquisa a ser utilizada pelo pesquisador é do tipo **secundária** esta decisão foi tomada por que se tratar do resgate histórico de um período muito crítico vivido por empregados do setor petrolífero na Bahia por isso, embasamento teórico será feito através de livros, artigos científicos, teses de doutorado e dissertações de mestrado será fundamental para fortalece o diálogo com a temática. Ademais, a **pesquisa documental** para coleta de dados será realizada em órgãos públicos nas esferas estadual e federal como por exemplo a Biblioteca Central do Estado da Bahia e o Arquivo Público Baiano e a plataforma administrada pela União chamada de Serviço de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e por fim farei uma busca no acervo do Sindipetro-BA localizado em Salvador no bairro do Nazaré (Jardim Baiano).

A obra de Nagasava e Correa (2019) faz uma abordagem sobre a contribuição do Relatório Final da Comissão da Verdade no que tange, a investigação dos documentos confidenciais da ditadura militar como também, a criação do Centro Referencia das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) que foi denominado como **Memórias Reveladas** esse último teve a função de resguardar as informações encontradas tornando-as públicas e acessíveis através do Arquivo Nacional onde estão digitalizadas, mas os arquivos físicos continuam sobre a tutela do estado (NAGASAVA; CORREA, 2019).

Na plataforma do Sistema Informação do Arquivo Nacional (SIAN) é possível fazer uma pesquisa *on-line* e terá disponível os mais variados documentos como por exemplo: [...] “pedido de busca e informação de militantes de organizações armadas e movimentos sociais, sindicalistas, funcionários públicos, políticos e até mesmo militares” (NAGASAVA; CORREA, n.p).

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Alonso_AM_2439964_AsTeoriasDosMovimentosSociais.pdf. Acesso em: 07 maio 2023.
- ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no Processo Político no Brasil**. Tradução: Cecília R. Lopes. São Paulo: Brasiliense, 1979. 240 p.
- FREITAS, Carlos Eduardo Soares de. A repressão de estado aos sindicatos e sindicalistas baianos na ditadura de 1964: os casos dos petroleiros e bancários. **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 76-95, 31 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/279>. Acesso em 29 set. 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GREGÓRIO, Mariany. O sindicalismo brasileiro, o golpe de 1964 e alguns desdobramentos. **Em Debate**, Florianópolis, n. 2, p. 57- 70, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/21723>. Acesso em 29 set. 2021.
- HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 12ª ed. Editora: Vozes. Petrópolis-RJ, 2010.
- IVO, Alex de Souza. **O Sindicalismo Petroleiro e a Questão Nacional, entre A Democracia e a Ditadura (Bahia, 1957 – 1968)**. 2019. 214 f. TESE (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Salvador, Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35003> Acesso em 06 ago. de 2021.
- NAGASAVA, Heliene; CORREA, Larissa R.. Trabalhadores, empresas e movimento sindical na ditadura militar brasileira (1964-1985): fontes e métodos. **Sociohistórica**, La Plata , n. 44, p. 92, sept. 2019 . Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1852-16062019000200092&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15 jun. 2023.
- OLIVEIRA JR, Franklin . **A Usina dos Sonhos**. 1995. 443 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade Filosofia e Ciências Humanas de Salvador, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/4_a_usina_dos_sonhos.pdf Acesso em 06 ago. de 2021.
- SANSONE, Livio. Desigualdades Duráveis, relações raciais e modernidades no recôncavo: o caso de São Francisco do Conde. **Revista Usp**, São Paulo, nº 69, p. 234-251, dez. /fev. 2005/2006.
- SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**, nº 13, p. 279-309, out. 2008.

SINDIPETRO Bahia entra com mais uma ação na justiça contra a privatização da RLAM. **Sindipetroba.org**, 2022. Disponível em: <https://www.sindipetroba.org.br/2019/sindipetro-bahia-entra-com-mais-uma-acao-na-justica-contr-a-privatizacao-da-rlam/#:~:text=Congressos%20Anteriores-.Sindipetro%20Bahia%20entra%20com%20mais%20uma%20a%C3%A7%C3%A3o,contra%20a%20privatiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20RLAM>. Acesso: 09 jul. 2023.